



CIBERSEGURANÇA

Governo retomou ontem sistema de aviso contra desastres, mas estados seguem bloqueados. Investigação está em curso

Credenciais do Pará emitiram alerta falso

» VANILSON OLIVEIRA

A Polícia Federal (PF) investiga um possível ataque cibernético ao sistema da Defesa Civil, após o envio de mensagens falsas para milhões de celulares em diversas regiões do país entre a noite de sexta-feira e a madrugada de sábado. Segundo informações encaminhadas pelo governo federal aos investigadores, os disparos podem ter sido realizados por meio de credenciais de dois agentes da Defesa Civil do Pará, acessadas por hackers.

De acordo com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, em documento enviado à PF, dois sinais partiram do mesmo agente estadual, que disparou, às 23h41, o alarme para o Rio de Janeiro. Em seguida, às 23h45, o alerta foi emitido para Curitiba, no Paraná. O outro agente teria sido responsável, pelos demais disparos, entre 1h20 e 1h23.

Um dos trechos do documento alerta para o uso do sistema fora

do território permitido. “Há indício de que o agente conseguiu operar a plataforma sem a devida restrição territorial, emitindo ou tentando emitir alertas para áreas nas quais os usuários não deveriam possuir permissão de envio”, registra o texto.

As mensagens, identificadas como alertas de emergência de nível extremo, chegaram a aparelhos celulares em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Rio Branco, e Brasília, além de outros municípios em diferentes estados. Os conteúdos continham expressões como “misantropia”, “ataque alienígena, humanos chegamos” e “burros dms pprr”.

A plataforma foi temporariamente retirada do ar, ainda no sábado, para a realização de procedimentos de segurança e auditoria. Ontem, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) informou, por nota, que o “sistema Defesa Civil Alerta (DCA) está operacional, funcionando de

forma fechada para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), sem acesso dos estados”.

O órgão explicou ainda que, em caso de necessidade de envio de alertas, todas as Defesas Cíveis estaduais deverão solicitar o disparo ao Cenad. O coordenador-geral de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil Nacional, Tiago Schnorr, disse que a equipe de Tecnologia da Informação do MIDR continua trabalhando na conferência dos procedimentos necessários para restabelecer a plataforma. “O importante é a gente voltar de uma maneira segura. Então, não temos prazo, agora estamos justamente nessa etapa de testes”, afirmou.

Fragilidade humana

Para o doutorando em direito digital e proteção de dados pela Universidade Goethe de Frankfurt Matheus Puppe, o caso expõe vulnerabilidades estruturais que vão além de falhas técnicas isoladas.

Reprodução/Magnific



Alarme de “misantropia” da Defesa Civil assustou moradores de 10 cidades na madrugada de sábado



Isso foi um risco altíssimo. Um tapa na cara, de uma maneira geral, demonstrando que nossos sistemas mais delicados ainda estão vulneráveis”

Matheus Puppe, especialista em direito digital e proteção de dados

“Isso foi um risco altíssimo. Um tapa na cara, de uma maneira geral, demonstrando que nossos sistemas mais delicados ainda estão vulneráveis”, apontou.

Segundo ele, o episódio reforça a sensibilidade de sistemas de alerta público, que possuem alcance nacional imediato. O especialista afirma que a investigação deve considerar o fator humano como elemento central nas falhas de segurança. “No fim das contas, a gente esquece do principal, que é a fragilidade humana. Isso foi basicamente engenharia social: alguém usou credenciais da Defesa Civil do Pará para obter permissão e emitir os alertas”, explica.

Para Puppe, o país possui

profissionais capacitados e tecnologia de ponta, mas a cibersegurança ainda é tratada sem o rigor necessário. Ele defende a realização de auditorias independentes e uma responsabilização mais clara para casos como este.

O especialista destacou ainda a necessidade de investimento contínuo em segurança digital e disse que as sanções adotadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) são consideradas brandas. “A gente vê que o mundo todo está se movimentando na proteção de dados, em cibersegurança. Aqui no Brasil, as sanções são brandas, enquanto na Europa as multas chegam a milhões, por vazamento, por exemplo”, destacou.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
VIDAS ALHEIAS E RIQUEZAS SALVAR

BAILE DOS
170 ANOS
DO CBMDF

3 DE JULHO DE 2026

Patrocinadores

SBH Sindicato Brasiliense de Hospitais, Casas de Saúde e Clínicas

Lotus

Anchieta

SANTA LUZIA Hospital e Maternidade